

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 476.568 - DF (2018/0286919-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE** : GILSON RIBEIRO SIQUEIRA  
**ADVOGADOS** : WILSOMAR SOUSA SILVA - DF045687  
ARTHUR MENEGHEL BARCELLOS DA COSTA -  
DF054326  
**AGRAVADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. DOSIMETRIA. PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO DEFINITIVA COM TRÂNSITO EM JULGADO ENTRE O COMETIMENTO DO DELITO E A SENTENÇA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DA SÚMULA N. 444/STJ. CONDUTA SOCIAL. TEMOR DA POPULAÇÃO EM TESTEMUNHAR EM DESFAVOR DO AGENTE. FUNDAMENTO IDÔNEO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte superior, é devido o aumento da pena-base a título de maus antecedentes nos casos em que o trânsito em julgado da condenação, pela prática de delito anterior, ocorreu entre a data do cometimento do ilícito e a prolação da sentença. Precedentes.
2. Não há falar em inidoneidade da fundamentação utilizada para sopesar negativamente a conduta social, uma vez que o *temor da população em testemunhar* contra o agente é elemento concreto que indica a maneira como o réu é visto na sociedade.
3. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**

Presidente e Relator

